

AS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: DISCURSOS E DESAFIOS CONSTANTES

OSÓRIO, Antônio Carlos do Nascimento - UFMS *

LEÃO, Inara Barbosa - UFMS**

GT: Trabalho e Educação/n. 09

Agência Financiadora: Não contou com financiamento

Traçar um balanço inicial das políticas públicas de qualificação profissional torna-se particularmente oportuno, se levarmos em conta o período político inaugurado com a eleição para a presidência da república do representante do Partido dos Trabalhadores, empossado em janeiro de 2003.

Além das expectativas de mudanças que foram alimentadas, sua eleição condensou um conjunto de acordos e pactos, os quais já foram exercitados, em diferentes ordens, no interior da própria sociedade e explicitados durante o seu primeiro ano de gestões sociais, junto aos diferentes partidos políticos e à sociedade como um todo.

Com isto, o momento atual exige que se resgate algumas práticas sociais exercidas, em diferentes contextos, pelos governos anteriores e pelo atual, que merecem ser avaliadas, para evitar os desacertos normativos das orientações, num exercício da crítica da “razão política”¹, não apenas pela vigilância em relação às práticas efetivas do poder, tarefa que é de responsabilidade de todos os cidadãos, mas pela desmontagem de seus mecanismos e pela análise da racionalidade a qual obedecem, muito em função de que o atual partido no poder exerceu, na medida do possível, a vigília, num contrapoder permanente frente às decisões do governo anterior.

Esta análise pode ser realizada por diferentes olhares teóricos, expressando sentidos e percepções totalmente distintas, porém, nossa reflexão se dará baseada nos pressupostos Foucaultianos, como subsídios para a compreensão da Política Nacional de Qualificação (PNQ), que foi instituída no ano de 2003, como uma proposta

* Professor Adjunto IV, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, da Linha de Pesquisa “Educação e Trabalho”.

** Professora Adjunta IV, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, da Linha de Pesquisa “Educação e Trabalho”.

¹ Foucault (1994, p. 181), em sua obra: *Dits et écrits*, explica que ao seu ver, a tarefa da filosofia é efetuar uma “crítica da razão política” justificando que “[...] depois de Kant, o papel da filosofia tornou-se o de impedir a razão de ultrapassar os limites daquilo que é dado na experiência; mas, a partir desta época, [...] o papel da filosofia tornou-se também o de vigiar os abusos de poder da racionalidade política [...]”.

governamental do PT, em substituição ao Plano Nacional de Educação Profissional (1998) do PSDB. Ambas têm como proposições, o apaziguamento dos conflitos sociais instaurados pela crise da falta de postos de trabalho e a necessidade do aumento de renda da sociedade brasileira, tendo como locos, a educação profissional como um processo de qualificação ou requalificação profissional.

Buscando nos aproximarmos deste objeto de estudo, complexo e ao mesmo tempo dinâmico, procuramos situar o lugar da política de educação profissional no âmbito das políticas públicas federais, através da análise de alguns discursos do período transitórios, entre o momento vivido e o momento presente, que são explicitadores das contradições, pois aparentemente são distintos, mas, intrinsecamente, trazem nos seus interiores os mesmos propósitos de uma política demarcada pelo processo de globalização econômica, nesta fase de reorganização do sistema capitalista, orientada por pressupostos ideológicos, denominados de neoliberais.

Este trabalho serve-se, também, de subsídios oferecidos pelas discussões teórico-metodológicas e dos resultados de pesquisas anteriormente realizadas pelo Grupo de Estudos de Educação e Poder². A primeira, “Avaliação do Plano Estadual de Qualificação Profissional (PEQ/MS)”, foi desenvolvida entre os anos de 1998 e 2002, e, a segunda, “A Avaliação do Plano Estadual de Qualificação: A Construção de Referenciais”, no biênio 2002 e 2003.

A centralidade de nossa reflexão está na consideração de que no movimento, a ilusão (campanha presidencial) é própria da razão e, por isso permite que se diga o que deve ser o exercício do poder, cumprindo uma função, aparentemente negativa (oposição ao poder da época), mas que é um contrapoder. Quando este se transformou num outro poder (com a posse do atual presidente em exercício há mais de um ano), aparentemente positivo, institui-se as relações de diferentes ordens e conflitos, oriundas da dinâmica dialética do contrapoder ao poder (troca de posições dos partidos), do poder ao contrapoder de comando.

A reconstrução das práticas sociais e de suas respectivas orientações configuradas por diferentes grupos envolve discussões a respeito da complexidade que permeia a tentativa de interligação entre diferentes grupos e instituições sociais. Essas, se analisadas isoladamente, desenham um mosaico no qual cada pedaço tem funções pré-estabelecidas dentro da estrutura mais ampla, obstruindo sua própria razão de

² Vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal em que um dos propósitos é aprofundar referencial teórico e metodológico postulados por Michel Foucault.

existir, mas tendo sua configuração estabelecida pela própria existência, como um dos meios de controle da realidade social.

Os “discursos”, por sua vez, configuram jogos de dominações, em que as regras são sujeições, submissões e opressões, em circunstâncias diversas, uns, autoritários e vigorosos, e outros, em que as partes podem alterna-se sob regras que se igualam ou se repelem conforme as medidas adotadas. Sobre esta dominação Foucault (2000, p. 270) explica que:

O grande jogo da história será de quem se apossar das regras, de quem tomar lugar daqueles que as utilizam, de quem se disfarçar para perverte-las, utiliza-las pelo avesso e volta-las contra aqueles que as tinham imposto.

Frente a essa realidade não compreendida pela sociedade, por ser um jogo de correlações e interesses, Foucault (1994) respondia que não há exterioridade em relação ao poder. Sempre se está preso em suas “malhas”, o que não significa ser seu prisioneiro. É inútil opor à razão política, uma maneira de pensar não política. A problemática do “governo” teve seu ápice na obra de Foucault quando foi tratada como ética do cuidado de si, que é uma ética política.

Essa situação pode ser identificada com a direção oposta a três tipos de discurso que Foucault censurava: o discurso revolucionário, o discurso individualista liberal e o discurso libertário. O primeiro é criticado por reduzir o poder a uma violência de classe, e lhe opor uma estratégia geral de conquista, assim, entendia que se simplificava em demasia o campo múltiplo, instável, dos conflitos que atravessam a sociedade, mas também por confundir esta sociedade, com o acobertamento das relações oriundas do poder e da violência, muito utilizados na fase de disputa pelo poder. É um confronto permanente de interesses.

Objetava também o segundo discurso, individualista liberal, que define o indivíduo, seus interesses e seus direitos, como puro limite da ação do Estado, porque entendia que o indivíduo faz parte da mesma história da sociedade. Assim, o indivíduo não é anterior ao Estado, mas é o produto das técnicas individualizantes do “governo”, utilizadas no exercício de domínio do poder. O terceiro discurso, libertário, é criticado por rejeitar a política em nome de uma espontaneidade sem entraves ou de uma alteridade radical. É o querer fazer, na negação do poder, em seu contexto da ordem mundial.

Por isso, explica que o “governo” não é, a simples instrumentalização da força

de um Estado cada vez mais compacto. Independentemente de ideologias e agremiações partidárias, o “governo” é uma figura original do poder, articulando técnicas e estratégias específicas de saber, de controle e de coerção. Compõe-se de um determinado grau de racionalidade, integrado pelas diferentes relações de poder, como de um Estado que tende a aumentar o seu poder, cuidando, de uma maneira minuciosa e metódica, da felicidade de seus súditos. É o pastoril, um governo que conduz seu rebanho e o protege, vigiando seus perigos e impondo limites.

É neste sentido que as políticas de qualificação e requalificação profissional não consistem em processos da razão, como elas são portadoras, em sua lógica meramente tecnicista, de um devir totalitário, mostram apenas os efeitos produzidos quantitativamente pela racionalidade estabelecida pelos conflitos que atravessam a sociedade brasileira nos últimos anos, relacionados ao elevados índices de desemprego e violência. Assim, o novo discurso oficial toma como importante inventar novas condutas contra a dominação insidiosa da governabilidade estatal, engendrando discursos com uma falsa idéia de uma “nova” ordem instituída, por uma mudança quase nunca ocorrida.

Isso se evidencia, de forma mais pontuada, na historização de algumas práticas sociais implementadas pelos governos, as quais nos permitem destacar, como um dos princípios fundamentais, que a sociedade brasileira sempre sofreu de uma ‘transição permanente’ e, por isso, de constantes crises. Sobreviveu de diferentes formas aos diversos mecanismos de controle social estabelecidos pelos poderes instituídos, que caracterizaram-na no período colônia, no império ou na república. E, na atualidade, independentemente dos diferentes interesses dos partidos políticos, no exercício de poder.

Frente a esse paradoxo, ao analisarmos o nosso momento histórico, podemos afirmar que o enquadramento social ocorre em diferentes conflitos e contradições, configurando um cenário de crises regadas pela desordem, desde os poderes instituídos e legitimados pela sociedade até a violência urbana e do campo, gerando outros desdobramentos em diferentes contextos, amparados por um discurso de ordem econômica, que por sua vez, impõe diferentes graus de comprometimento nas relações sociais, éticas, políticas e culturais.

Diante dessa situação, as questões pertinentes às definições de políticas públicas passam a ser configuradas a partir de pressupostos apaziguadores desses mesmos confrontos, mostrando a impossibilidade de se “eliminar” as dificuldades

conflitivas, mas buscando sustar as angústias e os desejos, normatizando.

No estudo realizado pelo GT de Avaliação dos PlanTeQs/MS, do Grupo de Estudos Educação e Poder, no ano de 2003, considera-se as diretrizes adotadas como importantes na atual conjuntura nacional. Entretanto, a aferição dos graus de suas efetividades revela-se como de difícil consecução uma vez que, mesmo sendo necessárias não existe um processo consistente de acompanhamento dos egressos das ações de qualificação propostas, exigindo que se estabeleça parâmetros para o entendimento do que seja “a relevância dos benefícios econômicos, sociais e culturais efetivamente trazidos pelas Políticas Públicas de Qualificação para os/as educandos/as”, conforme previsto no Plano Nacional.

Depreende-se que essa não explicitação, ocorre em função de que os grupos do poder conseguem estabelecer um conjunto de mecanismos e estratégias subjetivas, sempre em caráter provisório, concentrando e monopolizando não só os interesses, mas também detendo o controle das proposições das metas a serem atingidas quantitativamente, mas dificulta a qualitativa. É uma limitação determinante, praticada constantemente nos termos das políticas públicas de toda ordem, sejam nas áreas de promoção social, educacional e outros setores considerados emergenciais em nossa realidade, como é o caso do enfrentamento do fenômeno nacional do desemprego.

O discurso em pauta é o da inclusão social, tanto na dimensão da sociedade como na da inserção social nas relações de trabalho. Entretanto, na prática, o processo é de exclusão social, tanto numa dimensão como na outra, devido a forma como o capitalismo se processa na sociedade brasileira e aos mecanismos políticos que são propostos para resolver o problema.

Imerso nesse processo contraditório, o Brasil tenta, nos últimos dez anos, administrar essa realidade presente para milhões de brasileiros, mas oculta no discurso de que se trata apenas do fato dos trabalhadores desempregados não estarem qualificados para um posto de emprego.

Como o crescimento do desemprego no País é grave, o fato passou a ser reconhecido pelo governo FHC (2001), que o justificou alegando que

[...] o problema é que a População Economicamente Ativa cresce numa velocidade maior que a criação de novos postos de trabalho.

E alertou:

[...] os brasileiros terão de conviver com ‘bolsões’ de desemprego em grandes metrópoles como São Paulo, por mais de 10 ou 15 anos, mesmo que os níveis de investimentos aumentem.

Disputando o poder de governo, em um de seus discursos de campanha, em setembro de 2002, na capital do Estado do Rio Grande do Sul, o candidato do Partido dos Trabalhadores (2002) argumentava que:

O que temos hoje no Brasil é um quadro de desemprego ao mesmo tempo elevado e crônico. Ao contrário do que disse o presidente FH em seu pronunciamento, mesmo com a economia crescendo um pouco, como está agora, o desemprego se mantém. O tipo de modelo implantado no país parece criar mais desemprego do que emprego. E isso tem causado muito sofrimento ao nosso povo, devido a essa política econômica errada, a que o presidente teima em dar continuidade.

Fazendo moldura neste quadro, os dados do IBGE (2002) revelaram que, no ano anterior, 7,6 milhões de trabalhadores foram considerados desempregados. Quatro anos antes, no início do primeiro governo de FH, eram 4,5 milhões. Ou seja, houve um aumento de 3,1 milhões de desempregados nesse período, o que fez subir a taxa nacional de desemprego em seu período de gestão social de 6,1% para 9,6%. Além disso, a renda média do trabalhador brasileiro, segundo dados do IBGE, foi rebaixada em 6,5% nesses mesmos quatro anos. Ou seja, quem conseguiu se manter trabalhando, ganhou menos em termos de poder aquisitivo.

O Candidato enfatizava, no mesmo discurso na cidade de Porto Alegre, RS, que esta situação ocorria, mas era passível de ser resolvida argumentando:

O Brasil está, portanto, no rumo errado. É necessário mudar completamente a política econômica, para que o país possa crescer com distribuição de renda e justiça social. Para isso, é preciso:

- a) baixar significativamente os juros para o consumidor e para o capital de giro das médias, pequenas e microempresas;
- d) ampliar o investimento público nas áreas sociais: educação, saúde, segurança e habitação, entre outras;
- c) investir em obras de infra-estrutura e fazer a reforma fiscal para acabar com o chamado “custo Brasil”;
- d) fazer de fato a reforma agrária e dar apoio efetivo à produção agrícola, e à pequena propriedade urbana e rural;
- e) promover a distribuição de renda e o fortalecimento do mercado interno;
- f) reduzir a jornada de trabalho.

O Brasil precisa de uma nova política. Um plano estratégico que rompa com a dependência externa, afirmando a nossa soberania e os interesses do nosso povo acima das imposições do mercado financeiro internacional.

A análise dos dois discursos indica que a ilusão (campanha presidencial), que é própria da razão da conquista do poder, sempre deterá as soluções, com características de um contrapoder, num discurso revolucionário, de censura em relação ao próprio poder instituído. Tal era, de uma crítica da razão governamental em suas grandes linhas, é o programa apresentado por Foucault. Esta noção de “crítica”, todavia, levanta diversas questões: tende a um reformismo, estratégia constante do contrapoder e do novo poder, anunciando que o que se tem “não presta”, o porvir “é a solução”.

Foucault nega toda essa exterioridade em relação ao poder. Frente a isto cabe a seguinte indagação: como a sociedade pode combater os elementos que intervêm e definem sua condição existencial, se não pode se desvencilhar do jogo dos discursos, a partir da referência a uma natureza primeira, a uma essência fundadora ou a uma consciência universal?

Pode-se perguntar, se há na crítica estabelecida por Foucault (1989, p. 116) e sua própria análise do liberalismo como “reflexão crítica sobre a prática governamental”, um conjunto de elementos subjetivos que sustentem a aferição de seus resultados?

Estas questões, aparentemente distintas, de fato são solidárias umas com as outras. Organizam-se em torno da busca de uma atitude que associa, num mesmo movimento, a resistência ao poder, a constituição de si e o domínio do outro, pela troca que, neste caso, é de controle.

Ao examinar essa crítica, Foucault, se define por uma atitude, um *ethos*, uma maneira de agir, inseparável do diagnóstico de uma crise. Nesta questão do desemprego o procedimento crítico que ocupa o interior da racionalidade governamental moderna é o liberalismo. Este pensamento é contestado por Foucault que escapa à imputação de reformismo, sem cair, por isto, no impasse da negação radical. É por essa razão que ela não pode, do mesmo modo, pretender romper inteiramente com a racionalidade ou com o fenômeno.

A atitude crítica, escreve Foucault, (1994f, p. 574) “[...] não é um comportamento de rejeição. Deve-se escapar à alternativa entre estar dentro ou estar fora; é preciso se situar nas fronteiras”.

Isso fica devidamente comprovado quando constatamos que independentemente dos discursos da disputa, em mais de um ano sob o governo daquele que já anunciava as soluções durante a campanha, o quadro atual nos mostra a seguinte situação: o desemprego, no Brasil, subiu pelo segundo mês consecutivo, em fevereiro de

2004, e a renda do trabalhador manteve-se fraca, mostrando que o mercado de trabalho está demorando a se recuperar após a performance de um ano de gestão governamental.

Isso é comprovado pelos dados do IBGE, em março de 2004, nos quais a taxa de desemprego subiu para 12% no mês anterior, após a leitura de 11,7% em janeiro, subindo pelo segundo mês consecutivo em fevereiro e a renda do trabalhador manteve-se fraca. Mostrando que o mercado de trabalho está demorando a se recuperar após a performance ruim no ano passado.

A renda vem caindo na comparação com o mesmo mês do ano anterior desde março de 2003, quando esse indicador começou a ser calculado pela nova pesquisa do IBGE. A renda teve seu pior momento em julho do ano passado e, desde então, vem reduzindo o ritmo de baixa. A média de desemprego, em 2003, primeiro ano do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, foi de 12,3%, e, por dois meses do ano passado, a taxa atingiu o recorde de 13%, contra 9,6% no final mandato do FHC.

Ao reelaborar sua análise do poder, a partir do conceito de “governabilidade”, Foucault mostra claramente de que modo a crítica, longe de transcender o presente, se inscreve nas dobras dos jogos de poder e que é preciso reconstituir esquematicamente os discursos utilizados.

Foucault analisa o liberalismo, não como teoria econômica ou jurídica, mas como uma certa prática refletida de governo. Ele distingue dois objetos possíveis para o cuidado do Estado: o bem positivo, que consiste no bem-estar físico dos súditos, e o bem negativo, que consiste em suas seguranças. O Estado que busca o primeiro, tende a ampliar indefinidamente seu domínio, a transformar os homens em máquinas e a uniformizar a sociedade. Só a busca do bem negativo, conseqüentemente, é compatível com as exigências da liberdade. Segurança contra bem-estar físico: fórmula retomada, do século XIX, por todos os partidários políticos de um Estado mínimo constituído.

Por esta análise foucaultiana podemos depreender que a educação profissional é apaziguadora, numa primeira ordem, e redentora de toda a tragédia do desemprego, tem a responsabilidade de qualificar e requalificar. No contexto de escolaridade, oferece a alfabetização e o desenvolvimento de habilidades específicas (tarefas produtivas – ofícios), definidas a partir do novo conceito de mercado de trabalho. Tem como “missão” “formatar” em cada indivíduo “competências”, sendo a condição primeira, para uma renda mínima.

Foi na tentativa de prevenir, sem o conseguir como já foi comentado anteriormente, numa dimensão restrita que, o governo FHC instituiu o Plano Nacional de

Educação Profissional (PLANFOR)³, regulamentado pelo CODEFAT, em 1996. Tanto que conforme os “Termos de Referência dos Programas de Educação Profissional” (1996), esses programas deveriam visar o atendimento de: 1º) Programas Nacionais, voltados para clientela em desvantagem social e/ou setores ou regiões estratégicos para o desenvolvimento do País, definidos como prioritários; 2º) Programas Estaduais, definidos pelas Secretarias de Trabalho e Comissões Estaduais de Emprego, em parceria com organismos do governo estadual ou municipal e outros atores locais, para atender, prioritariamente, beneficiários do Seguro-desemprego e desenvolvimento de gestores e micro-empresendedores e; 3º) Programas Emergenciais, voltados ao atendimento de situações de crise e/ou aos processos de reestruturação produtiva, surgida após o início dos demais programas.

Frente à definição dos programas, o princípio imposto passa a ser exercitado como um mecanismo de controle social. As relações entre governo e trabalhadores passam a ter outra configuração, com práticas e orientações de diferentes, adotando uma estrutura centralizada, que permite que não sejam confrontadas com os princípios éticos e tendo como elementos norteadores o controle do dominante efetivo, na definição de metas e recursos financeiros.

O Presidente atual, ao assumir o governo com o compromisso de mudar o País e melhorar a vida dos brasileiros, instituiu, como peça chave, o Plano Plurianual (PPA)⁴ 2004-2007 que foi elaborado para “mudar o Brasil”. Este Plano enuncia, como problemas fundamentais a serem enfrentados, a concentração da renda e riqueza, a exclusão social, a baixa criação de emprego e as barreiras para a transformação dos ganhos de produtividade em aumento de rendimentos para a grande maioria das famílias trabalhadoras. Embora os resultados do enfrentamento da realidade após a troca de poder sejam totalmente inversos, como já foi demonstrado, o PPA 2003 – 2007 (2003, p. 8) tem três objetivos: “inclusão social e redução das desigualdades sociais; crescimento com geração de trabalho, emprego e renda, ambientalmente sustentável e redutor das desigualdades regionais; c) promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia”.

³ Foi financiado com recursos do Fundo de Apoio ao Trabalhador (FAT). Enquanto fundo oriundo de contribuições da classe trabalhadora, ele foi instituído e regulamentado pela Lei nº 7.998, de janeiro de 1990, integrado pela arrecadação do PIS-PASEP e administrado pelo Conselho Deliberativo do FAT (CODEFAT), organismo tripartite e paritário.

⁴ Surge com a intenção de inaugurar um modelo de desenvolvimento de longo prazo, para muito além de 2007, destinado a promover profundas transformações estruturais na sociedade brasileira. O PPA confere racionalidade e eficácia às ações do Governo Federal na direção dessas profundas mudanças.

Assim, o governo troca o discurso pelo da inserção social e se apropria de uma nova ordem, que no tratamento da Política Pública de Qualificação, busca a operacionalidade pelo Plano Nacional de Qualificação (PNQ)⁵, que deve ser fundamentada em seis pilares envolvendo as seguintes características: política, ética, conceitual, institucional, pedagógica e operacional. Essa “nova” política se afirma como um fator de inclusão social, desenvolvimento econômico, com geração de trabalho e distribuição de renda. Apresenta agora a qualificação como uma construção social.

A qualificação para o trabalho passa a ser concebida como uma qualificação social e profissional, capaz de permitir a inserção e a atuação cidadã no mundo do trabalho, com efetivo impacto para a vida e o trabalho das pessoas. Passa da condição de Política Pública de Qualificação, para a de política social, na qual a maior relevância deve ser a participação e o controle social, de modo que a qualificação profissional torna-se um direito e um bem de acesso universal.

Se o discurso político traz em seu interior uma ordem correta, seriam as diretrizes do PNQ – 2003 que revelariam as dificuldades para se obter um determinado grau de operacionalidade, por se instituir nas perspectivas de “Efetividade Social e Política”, na qual se pressupõe que:

[...] para além dos critérios da eficiência (basicamente reportado ao grau de cumprimento de metas) e da Eficácia (relacionado ao grau de cumprimento de metas financeiras), deve-se dar relevância aos benefícios econômicos, sociais e culturais para os/as educandos/as.

Devido ao baixíssimo nível das condições econômicas e sócio culturais, nas quais se encontra a maior parcela da população brasileira, qualquer ação que a atinja pode parecer efetiva ou eficiente. Por isso, torna-se necessário o estabelecimento de alguns critérios gerais, que permitam a aferição de resultados e impeça que a política pública tenha apenas um significado de governabilidade mínima. Para tanto propomos tomar-se como parâmetros os pressupostos que vêm sendo enunciados como basilares para o PNQ em 2003, quais sejam:

⁵ O Plano Nacional de Qualificação é operacionalizado de forma nacionalmente articulada, sob diretrizes e procedimentos institucionais comuns, nas bases da estrutura anterior, normatizado pelo CODEFAT, através da Resolução nº 333/2003, de forma descentralizada, por meio de dois mecanismos distintos e complementares: Os Planos Territoriais de Qualificação (PlanTeQs) e os Projetos Especiais de Qualificação (ProEsQs). O PlanTeQ contempla projetos e ações de qualificação Social e Profissional circunscritos a um território, com aprovação e homologação obrigatórias da Comissão/Conselho Estadual de Trabalho/emprego ou das Comissões/Conselhos Municipais de Trabalho/emprego referentes ao território.

a) a preparação de trabalhadores para manterem-se no mercado de trabalho nas condições geradas pelo ordenamento pautado no chamado modelo econômico globalizado, principalmente, no que tange à novas formas de organização da produção, que estariam sob o predomínio da robotização, informatização, equipamentos computadorizados e organização dos trabalhadores por equipes multifuncionais, bem como das formas de gerenciamento sob as exigências de metas de produção por equipe, a diminuição dos níveis de hierarquia intermediária de gerenciamento, controle e o aprofundamento da divisão do trabalho em apenas dois níveis: concepção e execução; tendo em vista o barateamento da produção e a conseqüente ampliação das possibilidades de concorrência no âmbito internacional; coloca-nos diante de algumas interrogações.

A principal explicitação necessária é referente ao tipo de inserção que se propõe para o Brasil nas relações econômicas internacionais. As análises de especialistas têm apontado que ao País estaria reservada a parte do processo produtivo que demanda mão-de-obra abundante e barata, para a função de execução manufaturada, ficando o “trabalho intelectual”, de concepção e planejamento reservado para os países centrais do capitalismo. Acatadas tais análises como verdadeiras, teríamos uma necessidade de qualificação que não apresentaria exigências para além da concatenação entre infra-estrutura de produção instalada ou em vias de se instalar e preparação geral de parte dos trabalhadores para disputar as vagas existentes ou previstas.

Nestas circunstâncias, o parâmetro para a avaliação dos PlanTeQs deveria ser os Planos de Desenvolvimento Local. Isto porque a vigência do ideário de um Estado Mínimo, que privilegia a iniciativa privada sem coordenação de uma macro-política de desenvolvimento nacional, remete à busca das maiores facilidades de expansão do capital oferecidas pelos governos locais (incentivos fiscais, oferta de infra-estrutura e outros benefícios) como um dos poucos indicadores existentes para a previsão quantitativa e qualitativa de demanda por mão-de-obra.

b) a relevância dos benefícios sociais efetivamente trazidos pelas Políticas Públicas de Qualificação para os educandos, parece-nos que está sendo indicada, principalmente, pela ênfase no conceito de cidadania. E, este conceito tem sido marcado pelo seu aspecto de garantia de direitos. Neste sentido, a qualificação social e profissional tal como orientada nos termos da Resolução nº 333/2003 do CODEFAT e das Diretrizes do PNQ dela emanadas, indicam os conteúdos e a carga horária mínima a

serem observados na organização das ações de qualificação para desenvolvimento das Habilidades como expressões do que qualificaria para tal.

Porém, no embate das forças dentro da nossa sociedade a possibilidade de construção da consciência social e exercício dos direitos se concretiza pela hegemonização de uma classe social, que garante direitos por apropriar-se política e institucionalmente de aparelhos de estado e instrumentaliza-los para a consecução de seus interesses.

Esta realidade, explicitada pelas enormes disparidades sociais do país, não pode ser solucionada no âmbito dos Planos de Qualificação Profissional. Ela exige o entendimento da cidadania como exercício de poder político. Este exercício tem sido preparado por uma escolarização formal, que no caso do Brasil, vem sendo oferecida às classes hegemônicas por cerca de dezoito anos de escolarização.

Para os trabalhadores esta possibilidade se mostra como objeto a ser conquistado e a qualificação social e profissional nos moldes ora anunciados só podem contribuir para tal se voltada para a elevação das exigências mínimas de preparação escolar formal e, nunca como incentivadora da oferta de informações pontuais. Estas seriam eficazes se os seus destinatários já apresentassem constituídas as funções intelectuais, um conjunto de conhecimentos e um repertório de comportamentos a partir dos quais pudessem elaborar análises e deduções elucidativas da realidade; além de terem espaços sociopolíticos, onde o exercício da defesa de seus interesses fosse capaz de gerar alterações estruturais que garantissem o atendimento das suas necessidades. Na ausência de tais condições, a prática desmente a teoria.

c) a relevância dos benefícios culturais efetivamente trazidos pelas Políticas Públicas de Qualificação para os educandos está na dependência direta dos aspectos anteriores. O parâmetro de benefícios culturais para a população brasileira é o modelo prevalente na classe média, calcado no consumo de produtos da indústria cultural, com padrões de sofisticação internacional. O que é gerado pelas classes populares, cujos integrantes são a clientela dos PlanTeQs, é considerado como inferior por não atender as aspirações impostas pelo próprio processo de globalização da produção e do consumo.

A recuperação e valorização da cultura autóctone se mostram difíceis por não mais permitir o atendimento das necessidades das populações pobres. Assim sendo, os benefícios culturais a serem perseguidos durante a Qualificação Social e Profissional, no âmbito do PNQ deveria ser referenciada a um padrão mínimo de qualidade de vida

desejada. Esta não tem sido claramente definida pelas Políticas Públicas de Educação, Cultura ou mesmo de Trabalho, Emprego e Renda.

A cultura que sustenta as representações sociais e as práticas que demandam deriva-se necessariamente da base material onde se desenrola a vida e, no caso do Brasil esta tem se mostrado desfavorável à maioria da população. Entendemos que a educação deve propor novas representações para organizar novas práticas, que se pretende que sejam mais efetivas e eficazes e, no caso da Educação Profissional este processo exige referências que indiquem uma perspectiva de exercício profissional e configure projetos individuais consistentes com a realidade social, que não lhes é favorável.

Diante disso, a atual política de formação profissional apresenta as características determinantes iniciadas no governo anterior, a fragilidade da retórica de preparar o trabalhador ou o desempregado para uma melhor inserção social, utilizando um “novo” discurso, em substituição aos programas (emergenciais) para as minorias sociais. Isto é facilmente evidenciado quando indagamos sobre os critérios de definição das ações e as prioridades. Ora, sabemos que tais proposições não estão embasadas numa demanda econômica determinada ou passível de ser implementada, aliás, em plena “era” de desenvolvimento tecnológico, a qualificação propiciada aos trabalhadores, reproduzem modelos tradicionais de produção e outras atividades elementares, que não são competitivas ou preparatórias para o que se propaga como o atual modelo de mercado de trabalho.

Nestas condições, as ações de qualificação profissional precisam ser avaliadas também pelas suas capacidades de orientar, de se mostrarem como os indicadores da concretização destas Diretrizes do PNQ para os PlanTeQs e, para tanto, propomos que deverão ser discutidas e consideradas nos seguintes termos:

a) verificarmos se é possível consolidar o PNQ como uma política permanente e apta a lidar com as transformações intensas e contínuas que vêm marcando a dinâmica do mundo do trabalho, seja para inovações técnicas e gerenciais, seja para a diversificação das formas de trabalho – o que só será possível mediante a verificação pela articulação demonstrada entre o Plano de Desenvolvimento Local e as ações eleitas para serem oferecidas aos trabalhadores. A articulação considerará as negociações efetivadas no interior das Comissões Estadual e Municipais de Emprego.

b) Verificarmos se propicia o empoderamento, como sujeitos individuais e coletivos, dos públicos envolvidos, seja como trabalhadores assalariados sejam autônomos, assim como cooperados. Deveríamos iniciar as análises pela crítica ao

termo empoderamento, uma vez que se trata de uma adaptação da expressão inglesa *empowerment*, que significa autorização; deriva-se do verbo *empower*, que designa o ato de autorizar, dar poderes ou procuração ou ainda capacitar, permitir, habilitar. Sempre no sentido de conceder. Conforme nos alerta Moraes (2003, p. 512):

[...] esta expressão foi introduzida, nos textos e discursos dos organismos internacionais ligados aos movimentos sociais, principalmente ao de mulheres, como um neologismo para designar a orientação política de tornar a mulher (assim como outros segmentos sociais) sujeitos de seus atos. Tornando-se mais poderosa para enfrentar as discriminações. E mais consciente do próprio valor.

Esta forma de enfrentamento social não se dá pela outorga de poder, mas sempre pela conquista. Não há a possibilidade de que o poder seja oriundo de uma autorização, é sempre alcançado pelo enfrentamento que obriga, politicamente, o reconhecimento da legitimidade da representação do outro.

Portanto, não podemos buscar que nas ações de qualificação profissional, o tratamento deste tema o contemple com efetividade, uma vez que teríamos o Estado explicitando a sua própria condição de detentor do poder em detrimento daqueles a quem deveria representar. Não deveria “empoderar”, mas sim atuar conforme as exigências daqueles que apenas lhe ‘outorgaram’ o poder, por serem eles próprios à origem do poder social.

Ao analisarmos se a garantia de participação e controle social na elaboração, condução e avaliação da Política Pública de Qualificação se efetiva por meio do fortalecimento do papel do CODEFAT e das CEEs e CMEs. No que tange ao CODEFAT, parece-nos que a sua participação e controle na elaboração, condução e avaliação da Política Pública de Qualificação já está garantida, até porque é a instância máxima para a discussão e resolução do que diz respeito às diretrizes gerais e recursos para financiar esta Política Pública. Diferente é a situação das Comissões Estaduais e Municipais de Emprego.

Estas, assim como as demais Comissões e Conselhos criados a partir da Constituição Federal de 1988 como elementos de democratização da elaboração e consecução das políticas públicas nacionais vêm carregando suas dificuldades desde então. No caso específico das Comissões de Emprego, que são tripartites, de maneira geral apresentam como principais limitações: a diferença de domínio teórico, político e operacional dos seus vários membros.

Estes aspectos que permeiam as suas ações são de conhecimento dos representantes do governo, que em geral hegemonomizam a Comissão. A bancada dos empregadores, além de ter seus representantes com boa formação educacional e profissional, apresenta seus interesses como coincidentes com os do Estado e por ser o segmento capaz de oferecer o objeto fim da política (emprego), tem poder de determinação.

A bancada dos trabalhadores, que deveria ser o segmento determinante por representar aqueles a quem a Política Pública se destina, tem sua atuação prejudicada pela parca formação política, desconhecimento do vocabulário e das rotinas do serviço público e, devido à mesma política que incita agora a qualificação profissional, sofreu a perda do seu poder político e de pressão por causa das ações de desmobilização e destruição dos sindicatos. As outras condições que enfraquecem a representação dos trabalhadores são a sua baixa escolarização, que impede a análise das condições políticas e a dedução das suas causas e conseqüências, bem como, o fato de terem vínculos empregatícios que os subordinam aos seus próprios empregadores, limitando os seus espectros de atuação e decisão.

Essas questões servem como ancoradouros da nova concepção, dos compromissos e das responsabilidades em tentar reconstruir o papel social e o sentido da formação profissional, mas ainda necessitam explicitar em seu interior os reais propósitos de uma política pública, para uma efetiva busca de mudança social, para não ficar nas velhas propostas em “novos” discursos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério do Trabalho. Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional. **Educação profissional: um projeto para o desenvolvimento sustentado**. Brasília-DF: SEFOR, 1995.

_____. Ministério do Trabalho. Ministério do Trabalho/ Ministério da Educação e do Desporto. **Política para a educação profissional: cooperação**. MEC/ MTb. Brasília, DF.: SEFOR/ MTb, SPES/ MTb, SPE/ MEC, SEMTEC/ MEC, 15/12/95. (6ª versão preliminar para discussão interna na reunião da SPE e SEMTEC/MEC e SPES e SEFOR/MTb).

BRASIL. Ministério do Trabalho/CODEFAT. **Plano Nacional de Qualificação Nacional**. Resolução nº 333/CODEFAT, 2003.

_____. Ministério do Trabalho. **Plano Nacional de Educação Profissional (PLANFOR). Educação profissional – PLANFOR: formando o cidadão produtivo**. Brasília-DF: MTb/SEFOR, [s.d.].

FOUCAULT, M. *Ditz et écrits: 1954-1988*. Organização de Daniel Defert et François Ewald. Paris: Galimard, 1994. 4v.

_____. *L'archéologie du savoir*. Paris: Gallimard, 1969.

_____. *L'ordre du discours*. Paris: Gallimard, 1971.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade**. Para o uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1984.

_____. **Vigiar e punir**. 5 ed. Petrópolis-RJ: Ed. Vozes, 1987.

_____. **As palavras e as coisas**. 4 ed. São Paulo: Livraria Martins Fontes Editora Ltda, 1987.

_____. **Microfísica do Poder**. 16 ed. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 2001.

LEÃO, Inara Barbosa (Org.). **Educação e Psicologia; reflexões a partir da teoria sócio-histórica**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2003.

_____. **Afetividade e trabalho na teoria sócio-histórica**. In: LEÃO, Inara Barbosa (Org.). **Educação e Psicologia; reflexões a partir da teoria sócio-histórica**. Campo Grande, MS: Ed. UFMS, 2003.

_____. **Como os homens podem ser Competentes, se educados para serem Hábeis, quando as Habilidades já não existem? Uma 'nota' da psicologia sobre a Educação Profissional proposta pelo PLANFOR/BR**. In: Intermeio: Revista do Mestrado em Educação/Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande-MS, v. 1, n. 1. p. 43 - 64, Editora da UFMS, 2001.

_____. **A Educação como processo de mudanças sociais na América Latina**. In: Psicologia e Sociedade, São Paulo, SP: vol. 8, nº 2, ABRAPSO, 1996.

OSÓRIO, Antônio Carlos do Nascimento. Políticas e Desafios na Educação para os

Trabalhadores Empregados e Desempregados. In: **Intermeio**: Revista do Mestrado em Educação/Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande-MS, v. 7, n. 14, p. 23-41, Editora da UFMS, 2001.